



Associação Beneficente Síria

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expresso em milhares de reais)			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	206.682	89.212	Fornecedores	9	66.585	61.252
Contas a receber de clientes	5	153.650	149.615	Empréstimos e financiamentos	10	78.604	30.028
Direitos de prestação de serviço	5	36.772	59.532	Arrendamento mercantil	11	3.890	1.720
Estoque	6	21.625	26.102	Passivo de arrendamento	11	5.524	8.872
Outros créditos		2.694	2.451	Salários, encargos e férias a pagar	12	25.187	23.468
Projetos PROADI SUS	23	-	6.986	Outras contas a pagar	13	18.910	20.345
Total do ativo circulante		421.423	333.898	Total do passivo circulante		198.700	145.685
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores estrangeiros	9	427	1.891
Depósitos judiciais	14	2.138	1.933	Empréstimos e financiamentos	10	62.856	50.180
Total do realizável a longo prazo		2.138	1.933	Arrendamento mercantil	11	7.256	6.556
Imobilizado	7	403.752	385.101	Passivo de arrendamento	11	43.516	27.465
Intangível	8	30.712	45.366	Outras contas a pagar	13	16.000	297
Total do ativo não circulante		434.464	430.467	Provisão para contingências	14	9.747	7.920
				Total do passivo não circulante		139.802	94.309
				Patrimônio líquido	15		
				Patrimônio social		75.944	75.944
				Superávits acumulados		443.579	450.360
				Total do patrimônio líquido		519.523	526.304
Total do ativo		858.025	766.298	Total do passivo e patrimônio líquido		858.025	766.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expresso em milhares de reais)	
--	--	---	--

1. Contexto operacional

A Associação Beneficente Síria ("Associação" ou "HCor") é uma entidade jurídica de direito privado, de natureza civil, com caráter beneficente e sem qualquer finalidade lucrativa, fundada na capital do Estado de São Paulo aos sete dias de março de 1918, localizada à Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 123 - Paraíso - São Paulo.

A Associação mantém, na qualidade de proprietária e provedora, o estabelecimento hospitalar denominado Hospital do Coração, que a ela é diretamente vinculado para atendimentos de seus objetivos, tendo como principais atividades:

- Prestar assistência gratuita, por todos os meios ao seu alcance, a doentes reconhecidamente pobres, fundando e mantendo hospitais, sanitários e ambulatórios, podendo, mediante pagamento, atender a doentes não necessitados para auxiliar a manutenção dos demais.
- Manter leitos e serviços hospitalares para uso público sem distinção de raça, cor ou credo, dentro das regras estabelecidas por lei ou regulamentos.
- Destinar rendas, donativos ou quaisquer bens por ela obtidos, direta e indiretamente, às suas obras assistenciais.
- Providenciar as eventuais importações e exportações de aparelhagens, medicamentos e congêneres próprios da sua atividade.

A Associação Beneficente Síria é uma entidade de utilidade pública, assim declarada pelos seguintes atos:

- Federal: Decreto nº 64.552, de 20 de maio de 1969.
- Estadual: Decreto nº 37.612, de 5 de dezembro de 1960.
- Municipal: Decreto nº 8.363, de 2 de setembro de 1969.

A Associação é registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, conforme Processo nº 30.268/64-40, deferido em sessão realizada no dia 11 de junho de 1964.

Pandemia de Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou o surto da doença causada pelo novo coronavírus Covid-19 como uma pandemia. No Brasil, em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como restrições à circulação de pessoas, quarentena de pessoas que transitarão por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

O HCor se preparou para o enfrentamento da doença, dedicando leitos para receber esse tipo de paciente, além de criar uma ala específica no Pronto Atendimento a pacientes que apresentem sintomas gripais ou deficiências respiratórias.

Se de um lado, há um influxo de pacientes ao Pronto Socorro e demanda por leitos, em especial de UTI, de outro, a maioria dos pacientes sem esses sintomas têm buscado o ambiente hospitalar e os centros de diagnósticos apenas em casos graves e/ou de emergência.

Incerta é a duração deste período, mas o HCor tem procurado se preparar para atravessá-lo, monitorando, em tempo real, suas operações, ajustando-as às necessidades demandadas; zelando para que sua força de trabalho esteja bem preparada e em condições adequadas para oferecer o melhor tratamento possível aos pacientes; mantendo contato permanente com fornecedores, operadoras de saúde, outros hospitais e com as autoridades governamentais; ao mesmo tempo em que têm buscado medidas para assegurar sua liquidez financeira e monitorar a recuperabilidade de seus ativos, mensuração do valor justo, provisões e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receita e provisões para perda esperada. A administração não tem a expectativa de impactos relevantes ainda não reconhecidos nas demonstrações financeiras, relacionados a pandemia.

A administração avalia ainda que a posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2020, de R\$206.682 é suficiente para atender aos compromissos financeiros já contratados assim como as necessidades adicionais que possam surgir em virtude da pandemia.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 que aprovou a interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 "Entidade sem Finalidade de Lucros", considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício do julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas pela as demonstrações financeiras estão divulgadas em nota explicativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Associação em 14 de abril de 2021.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para a milhar, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros:

- Nota explicativa nº5 - Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa;
- Notas explicativas nº 7 e nº 8 - Vida útil do Ativo Imobilizado e Intangível;
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para Contingências;
- Nota explicativa nº 21 - Instrumentos Financeiros.

3. Principais políticas contábeis

A política contábil descrita em detalhes abaixo tem sido aplicada pela Associação de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Associação pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebe inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Associação tem o ativo financeiro não derivativo: registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação tiver tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, direitos de prestação de serviços e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e investimentos financeiros.

Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retratada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação

Fluxos de caixa das atividades operacionais

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(6.781)	18.077
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	47.264	40.577
Provisão para contingências	2.562	3.763
Perdas de valor residual em decorrência de baixa de imobilizado	5.994	357
Provisões para impairment	14.194	-
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	(8.219)	21.916
Direito de prestação de serviço	22.760	7.809
Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	18.775	3.710
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.475	5.935
	104.805	84.067

	2020	2019
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução dos ativos:		
Clientes	4.184	(42.057)
Estoque	4.477	(2.762)
Outros créditos	(243)	(15)
Depósitos judiciais	(205)	5.484

	2020	2019
Aumento/(redução) dos passivos:		
Fornecedores	3.669	(5.198)
Salários, encargos e férias a pagar	1.719	1.499
Outras contas a pagar	14.268	8.978
Contingências pagas	(735)	(2.193)
Projeto de Filantropia Proadi SUS	6.986	(6.986)
	34.320	(43.250)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

132.344 58.894

Caixa líquido (usado nas) atividades de investimento

(47.157) (35.035)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Arrendamento mercantil e passivo de arrendamento	-	1.436
Captação de empréstimos	63.195	-
Pagamentos de passivo de arrendamento - principal	(8.076)	(7.578)
Pagamentos de passivo de arrendamento - juros	(1.005)	(3.113)
Pagamentos de empréstimos - principal	(15.916)	(27.618)
Pagamentos de empréstimos - juros	(5.915)	(5.740)
Resultado Hegde	-	27

Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento

32.283 (42.586)

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa

117.470 (18.727)

Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro

89.212 107.939

Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro

206.682 89.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A associação não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting).

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. O cálculo do valor presente é efetuado com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Associação não registrou o ajuste a valor presente em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente na administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Direito de prestação de serviço

A conta "Direito de prestação de serviços" refere-se a valores de serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais e medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos pela Associação. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliados com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Associação possui procedimento periódico para análise do custo e valor realizável líquido dos estoques.

f) Ativo Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Associação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Associação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis aplicadas sobre os valores residuais estimadas para o exercício corrente e comparativas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização.

h) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a análise objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A operação principal da Associação está predominantemente relacionada a os recebimentos pelos serviços prestados na área da saúde.

A Associação reconhece para seus ativos classificados pelo método de custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Associação avalia mensalmente as variações dos riscos de crédito dos ativos financeiros havendo aumento significativo do risco a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o recebimento de vendas como serviços hospitalares a Associação optou por mensurar provisões para perda pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de cliente, foi aplicado percentual de perdas apurado historicamente.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os valores de ativos intangíveis sem vida útil definida são recuperados do seu valor testado anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. Entretanto, a administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

i) Benefícios a empregados

Receita

	Nota	2020	2019
Receita			
Atividade hospitalar		745.839	749.594
Atividade de pesquisa em Saúde		3.885	4.199
Atividade de ensino em Saúde		1.454	3.125
Trabalho voluntário		3.398	1.816
Gratuidade	25	232	336
Outras receitas		8.243	1.760
	16	763.051	760.830

	Nota	2020	2019
Custo dos serviços prestados Área de Saúde e Pesquisa			
Atividade hospitalar e pesquisa		(528.064)	(510.226)
Depreciação e amortização	7 e 8	(32.113)	(27.408)
Atividade de pesquisa em Saúde		(3.491)	(10.333)
Depreciação e amortização	7 e 8	(21)	(67)
Trabalho voluntário		(3.398)	(1.816)
	17	(567.087)	(549.850)

	Nota	2020	2019
Custo dos serviços prestados Área de Ensino			

continuação

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual, e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Associação alterar sua avaliação se exercera uma opção de compra, extensão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Associação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Associação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

q) Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

Novas normas e interpretações foram efetivadas para o períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Associação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclarece que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem informações que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronúnciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

r) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão descritas a seguir. A Associação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Entidade avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	437	8.539
Aplicação em Fundo	40.662	33.017
Aplicação em CDB	165.563	43.583
Operações compromissadas(i)	-	4.073
Saldo no final do exercício	206.662	89.212

(i) Operações compromissadas lastreadas em debêntures com emissor: Banco Bradesco.

Desempenho da carteira de aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em fundos de renda fixa e CDB, atualizados pelo valor das cotas na data do balanço e com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remuneradas às taxas entre 26% e 120,7% do (CDI) em 2020 (94% e 101,7% em 2019).

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, resgatáveis junto ao próprio emissor e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2020	2019
Saldo inicial	80.673	106.719
Aplicação em Fundo	151.826	44.101
Resgate	(30.487)	(87.718)
Resultado financeiro	4.233	5.215
Saldo no final do exercício	206.245	80.673

5. Contas a receber e direito de prestação de serviços

	2020	2019
Contas a receber		
Convênios e particulares	159.345	269.582
Cartões de crédito	5.975	6.360
Títulos de cobrança	-	1.304
Arrendamentos	357	321
Total do contas a receber	165.677	277.567

Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

(12.027)	(127.952)
Total	153.650

Direito de prestação de serviços

36.772	59.532
--------	--------

	2020	2019
Contas a receber		
A vencer	88.725	91.987
A vencer de 1 a 30 dias	52.140	69.707
A vencer acima de 30 dias	36.585	22.280

	2020	2019
Vencidos (a)	76.952	185.580
Vencidos de 1 a 30 dias	12.382	15.423
Vencidos de 31 a 90 dias	11.026	14.371
Vencidos de 91 a 120 dias	4.440	8.336
Vencidos de 121 a 180 dias	6.578	19.729
Vencidos de 181 a 360 dias	18.940	28.977
Vencidos de 361 a 720 dias	23.586	49.194
Vencidos a mais de 721 dias (a)	-	49.550
Total do contas a receber	165.677	277.567

As contas a receber de clientes correspondem aos valores da prestação de serviço no decorrer normal das atividades da Associação. Os saldos, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo considerando o vencimento da obrigação dividida em faixa de vencimento conforme descrito acima, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e glosas (impairment). Movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de convênios e particulares no exercício

	2020	2019
Saldo inicial	(127.952)	(106.036)
Constituição de provisão de glosa e PECLD	(19.312)	(32.459)
Reverso e baixa de provisão de glosa e PECLD (a)	80.139	10.543
Baixa de títulos do contas a receber, sem perspectiva de recebimento (b)	55.098	-
Saldo final	(12.027)	(127.952)

A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a administração para fazer face às eventuais perdas registradas em sua demonstração de resultado na rubrica "Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa" aplica como critério de apuração à análise individual dos saldos das contas a receber com risco de inadimplência.

(a) Em 2020 foram efetuados procedimentos de revisão ciclo de receita, revisitando o processo de faturamento e recebimento da Associação, principalmente para os casos vencidos acima de 360 dias. Com base nesses novos processos, efetuamos renegociações e acordos com as operadoras de saúde, com os seguintes impactos: (i) recebimento de títulos vencidos, no montante, de R\$52.608; e (ii) reversões de provisões de R\$27.531.

(b) Em 2020 foram revisadas as faturas vencidas acima de 721 dias, e a Associação optou pela baixa destes títulos pela ausência de expectativa de recebimento.

Direito de prestação de serviço

O direito de prestação de serviço refere-se aos serviços hospitalares já prestados pela Associação porém ainda não faturados aos planos de saúde, registrados de acordo com o regime de competência.

	2020	2019
Saldo inicial	59.532	67.341
Direito de prestação de serviços apurado no exercício	(15.027)	14.437
Provisão de perdas apurada no exercício	(7.733)	(22.246)
Saldo final	36.772	59.532

6. Estoques

	2020	2019
Estoque de terceiros	765	11.736
Estoque de materiais	13.061	9.598
Estoques de medicamentos	7.343	4.351
Estoques de materiais engenharia	456	417
Total	21.625	26.102

7. Imobilizado

	2020	2019		
	Custo do bem	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	253.395	(69.629)	183.766	188.138
Equipamentos e aparelhos	196.549	(116.052)	80.497	75.620
Instalações	109.815	(72.094)	37.721	33.307
Móveis e utensílios	25.301	(18.149)	7.152	7.412
Veículos	408	(281)	127	158
Equipamento de informática	45.394	(34.575)	10.819	8.357
Benefícios em propriedades de terceiros	30.307	(22.450)	7.857	11.367
Terrenos	13.862	-	13.862	13.862
Adiantamentos para importação de imobilizado	635	-	635	5.776
Reformas/Construção em andamento	13.625	-	13.625	4.065
Obras de arte	784	-	784	784
Alugáveis/equipamentos Direito de uso	61.957	(15.050)	46.907	36.255
Total	752.032	(348.280)	403.752	385.101

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Associação não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e dessa forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo inicial	Adição	Transferência	Baixas	Saldo final
Imóveis	253.395	-	-	-	253.395
Equipamentos e aparelhos	179.910	15.131	4.050	(2.542)	196.549
Instalações	100.340	2.777	6.698	-	109.815
Móveis e utensílios	24.109	730	489	(27)	25.301
Veículos	403	5	-	-	408
Equipamento de Informática	39.457	1.037	4.929	(29)	45.394
Benefícios em propriedades de terceiros	30.307	-	-	-	30.307
Terrenos	13.862	-	-	-	13.862
Adiantamentos para importação de imobilizado	5.776	4.196	(4.539)	(4.798)	635
Reformas/Construção em andamento	4.065	10.405	(845)	-	13.625
Obras de Arte	784	-	-	-	784
Alugáveis/Equipamentos Direito de Uso	42.820	24.292	(5.155)	-	61.957
Total	695.228	58.573	5.627	(7.396)	752.032

Anos	Saldo inicial	Adição	Transferência	Baixas	Saldo final
Depreciação					
Imóveis	50	(65.257)	(4.372)	-	(69.629)
Equipamentos e aparelhos	8-14	(104.290)	(13.586)	477	1.347
Instalações	25	(67.033)	(5.061)	-	(72.094)
Móveis e utensílios	6-14	(16.697)	(1.477)	-	25
Equipamento de informática	4-8	(31.100)	(3.503)	-	28
Benefícios em propriedades de terceiros	6	(18.940)	(3.510)	-	(22.450)
Veículos	4	(245)	(36)	-	(281)
Alugáveis/Equipamentos Direito de Uso	10	(6.565)	(7.310)	(1.175)	(15.050)
Total	(310.127)	(38.855)	(698)	1.400	(348.280)
Valor líquido	695.228	58.573	4.929 (*)	(5.996)	403.752

(*) Transferência de software para equipamentos de informática no valor de R\$4.929.

As principais adições ao ativo imobilizado da instituição se deram por aquisição de Equipamentos como: Ressonância Magnética, Tomógrafo, Servidores de Armazenamento de Imagens (PACS). Reforma da Unidade Administrativa e Reforma apartamentos de internação.

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo inicial	Adição	Adoção inicial	Transf. rência	Remensu- rações	Baixas	Saldo final
Imóveis	252.285	969	-	141	-	-	253.395
Equipamentos e aparelhos	167.230	1.373	-	25.436	-	(14.129)	179.910
Instalações	88.864	869	-	10.610	-	(3)	100.340
Móveis e utensílios	23.245	885	-	-	-	(21)	24.109
Veículos	237	166	-	-	-	-	403
Equipamento de Informática	36.876	2.960	-	-	(379)	-	39.457
Benefícios em Propriedades de Terceiros	27.101	909	-	2.948	(651)	-	30.307
Terrenos	14.235	-	-	(141)	-	(232)	13.862
Adiantamentos para Importação de Imobilizado	22.005	13.442	-	(28.672)	(999)	-	5.776
Reformas/Construção em andamento	11.431	6.203	-	(13.558)	-	(11)	4.065
Obras de Arte	784	-	-	-	-	-	784
Alugáveis/Equipamentos Direito de Uso	-	3.540	36.967	-	2.313	-	42.820
Total	644.293	31.316	36.967	(3.236) (*)	2.313	(16.425)	695.228

(*) Transferência de Adiantamento de imobilizado para software no valor de R\$3.236.

8. Intangível

As movimentações do custo e da amortização do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas nas tabelas abaixo:

	Saldo inicial	Adição	Adoção inicial	Transf. rência	Remensu- rações	Baixas	Saldo final
Depreciação							
Imóveis	50	(60.925)	(4.341)	-	-	9	(65.257)
Equipamentos e aparelhos	8-14	(106.013)	(11.520)	-	-	13.243	(104.290)
Instalações	25	(63.200)	(3.716)	-	-	3	(67.033)
Móveis e utensílios	6-14	(15.255)	(1.455)	-	-	13	(16.697)
Equipamento de Informática	4-8	(28.328)	(3.112)	-	-	340	(31.100)
Benefícios em Propriedades de Terceiros	6	(15.855)	(3.085)	-	-	1	(18.940)
Veículos	4	(223)	(22)	-	-	-	(245)
Alugáveis/Equipamentos Direito de Uso	10						

continuação

Em 31 de dezembro de 2020 a Associação figurava como parte em 132 processos trabalhistas com risco provável (88 em 31 de dezembro de 2019). Os principais temas abordados nesses processos versam sobre adicionais diversos tais como: horas extras, insalubridades e verbas rescisórias de terceiros aonde a Associação figura como co-solitário. O montante total registrado é de R\$8.789 em 2020 (R\$7.586 em 31 de dezembro de 2019).

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$7.069 (R\$6.482 em 2019) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os processos relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora extra, enfermidades e acidentes de trabalho.

Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação figurava como parte em 4 processos cíveis com risco provável (8 processos em 2019). O montante total registrado é de R\$958 em 2020 (R\$334 em 2019).

Não foram identificados pelos assessores jurídicos processos classificados com risco de perda possível para o exercício de 2020, sendo R\$20.183 em 2019 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Os processos relacionam-se a pleitos sobre atendimentos médicos e sociais.

Processos de natureza fiscal (tributário)

Em 31 de dezembro de 2020 a Associação não figurava em processo tributário com risco provável (em 2019 não houve o registro de processos tributários).

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$118.046 (R\$134.197 em 2019) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Os demais processos relacionam-se a retenções de tributos incidentes sobre folha (PIS) e pleitos sobre as obrigações ligadas a imunidade (ICMS sobre importação).

15. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido dos superávits e déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

A Associação, como pessoa jurídica de duração indeterminada, não tem prazo nem condições de extinção, mas se, por circunstância de força maior, ficar impossibilitada de realizar seus objetivos, havendo sua extinção ou dissolução, que se dará através de Assembleia Geral com a presença mínima de três quartos dos Associados Efetivos após a indicação do Conselho de Administração, todo o seu patrimônio social revertará, obrigatoriamente, em benefício de entidades congêneres, reconhecidamente filantrópicas e sediadas no estado de São Paulo, à livre escolha da Assembleia Geral e desde que devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Associação.

Remuneração da administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros da Assembleia Geral das Associações Efetivas, da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos

16. Receita

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício.

	2020	2019
Atividade Hospitalar	753.232	765.106
Atividade de Pesquisa na área de Saúde	3.885	4.199
Atividade de Ensino em Saúde	1.454	3.125
Outras Receitas	8.243	1.760
Receita Voluntariado	3.398	1.816
Gratuidade	232	336
Glossas e descontos (a)	(7.393)	(15.512)
	763.051	760.830

(a) A redução das glossas e descontos foram decorrentes da revisão do ciclo da receita da Associação, que por consequência, houve a a recuperação de contas e glossas com as operadoras de saúde durante o exercício de 2020.

17. Custos dos serviços prestados

	2020	2019
Atividade hospitalar e pesquisa		
Materiais e medicamentos	(200.692)	(188.537)
Pessoal	(198.212)	(192.485)
Serviços de terceiros	(106.267)	(109.050)
Depreciação	(32.134)	(27.475)
Manutenção	(12.617)	(12.584)
Utilidades	(11.230)	(11.972)
Custo com trabalho voluntário	(3.398)	(1.816)
Aluguel	(2.402)	(3.041)
Outras despesas	(135)	(2.890)
Total atividade hospitalar e pesquisa	(567.087)	(549.850)
	2020	2019
Atividade de ensino em Saúde		
Serviços de terceiros	(966)	(1.548)
Pessoal	(774)	(889)
Materiais e medicamentos	(253)	(6)
Depreciação e amortização	(120)	(137)
Outras despesas	(96)	(409)
Total de atividade em Ensino	(2.209)	(2.988)

18. Outras receitas operacionais

	2020	2019
Doações	806	7.114
Outras receitas	5.610	2.913
	6.416	10.027

19. Despesas administrativas e comerciais

	2020	2019
Pessoal e encargos sociais	(68.769)	(38.889)
Serviços de terceiros	(28.790)	(23.139)
Consumo e utilidades	(8.555)	(2.398)
Comercial e marketing	(3.250)	(7.662)
Alugueis e manutenção	(6.106)	(1.104)
Impairment	(14.192)	-
Outras despesas	(3.045)	(458)
	(132.707)	(73.650)

20. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita financeira líquida	4.233	5.215
Varição monetária	3.616	242
Receitas com derivativos	641	196
Total de receitas financeiras	8.490	5.653
Despesas financeiras		
Varição cambial/monetária	(18.775)	(3.710)
Juros sobre empréstimos	(6.051)	(5.355)
Juros s/ direito de uso	(766)	(3.113)
Total de despesas financeiras	(25.592)	(12.178)
Resultado financeiro líquido	(17.102)	(6.525)

21. Instrumentos financeiros

Gerenciamento de riscos financeiros

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Associação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Associação caso um cliente ou contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios e em títulos de investimento.

Para mitigar esses riscos, a Associação adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, gerando em processo de revisão prévia de glossas junto aos convênios médicos e constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Associação somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. Com relação aos valores a receber de convênios e particulares a Associação constitui provisão para perdas julgada suficiente para cobrir eventuais inadimplências.

A administração espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2020	2019
Contas a receber de clientes	5	165.677	277.567
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(12.027)	(127.952)
Direitos de prestação de serviços	5	44.505	81.779
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(7.733)	(22.247)
Outros créditos		2.694	2.451
Total		193.116	211.598

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação

	Nota	2020	2019
Contas a receber de clientes	5	165.677	277.567
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(12.027)	(127.952)
Direitos de prestação de serviços	5	44.505	81.779
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(7.733)	(22.247)
Outros créditos		2.694	2.451
Total		193.116	211.598

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as

na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
31 de dezembro de 2020					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	206.682	206.682	-	-	-
Contas a receber de clientes	153.650	153.650	-	-	-
Direito de prestação de serviço	36.772	36.772	-	-	-
Outros créditos	2.694	2.694	-	-	-
	399.798	399.798	-	-	-
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	141.460	78.604	54.356	6.233	2.267
Arendamentos	60.186	9.414	14.384	9.889	26.499
Fornecedores	67.012	66.585	427	-	-
Outras contas a pagar	34.910	18.910	-	2.000	14.000
	303.568	173.513	69.167	18.122	42.766

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilações dos preços de mercado dos serviços prestados pela Associação e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Risco de juros

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do (CDI) Certificado de Depósito Interbancário e fundos renda fixa, os empréstimos e financiamentos são indexados em taxas pré-fixadas e variáveis conforme Nota Explicativa n° 10 (quadro 2). Os derivativos são atrelados aos pagamentos em moeda estrangeira, a parte passiva está vinculada a taxas pré-fixadas e percentuais do CDI.

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	206.682	89.912
Empréstimos e financiamentos	10	90.591	36.806
Exposição líquida		116.091	53.106

Risco cambial

A exposição da Associação ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente os empréstimos e financiamentos. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Associação em função da variação da moeda estrangeira a qual a operação se refere.

Para cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial projetada por instituições financeiras para 2020 (taxa Projetada US\$1,00 - R\$5,30 e EUR\$1,0 - R\$6,47) comparativa à taxa de fechamento US\$1,0 - R\$5,1967 e EUR\$1,0 - R\$6,3779; para os cenários 1 e II as taxas foram acrescidas de 25 % e 50% respectivamente.

Eleito em milhares de reais	Taxa fechamento		Taxa projetada		Valor da exposição	Risco de alta cambial		
	USD e EUR	USD e EUR	USD e EUR	USD e EUR		Cenário provável 2%	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
	5,1967	6,3779	5,30	6,47				

31 de dezembro de 2020								
Empréstimos e financiamentos (USD)	30.108	(602)	(7.527)	(15.054)				
Empréstimos e financiamentos (EUR)	20.761	(415)	(5.190)	(10.381)				
Arendamento mercantil	11.146	(223)	(2.787)	(5.573)				
Exposição líquida	62.015	(1.240)	(15.504)	(31.008)				

Análise de sensibilidade

Risco de capital

A política da administração da Associação é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A administração da Associação procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos. Em 31 de dezembro de 2020 a Associação possuía um saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras representando 146,0 % do total de dívidas registradas em seu passivo. Veja demonstrativo abaixo:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	206.682	89.212
Menos:		
Empréstimos e financiamentos	(141.460)	(80.208)
Arendamento mercantil	(11.146)	(8.276)
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações	54.076	728
Patrimônio líquido	519.523	526.304

Valor justo x valor contábil

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data da demonstração financeira, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Associação entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.
- Os contratos de derivativos são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de mercado divulgadas por fontes externas (BM&Fbovespa), pelo prazo a decorrer.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Dez/2020		Dez/2019			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	206.682	-	-	89.212	-	-
Contas a receber de clientes	-	153.650	-	-	149.615	-
Direitos de prestação de serviços	-	36.772	-	-	59.532	-
Outros créditos	-	2.694	-	-	2.451	-
Total	206.682	193.116	-	89.212	211.599	-
	Dez/2020		Dez/2019			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado
Passivos						
Fornecedores nacionais	-	-	62.710	-	-	59.089
Fornecedores estrangeiros	-	-	4.302	-	-	4.054
Empréstimos e financiamentos	-	-	141.460	-	-	80.208
Arendamento mercantil e passivo de arrendamento	-	-	60.186	-	-	44.613
Salários, encargos e férias a pagar	-	-	25.187	-	-	23.468
Outras obrigações	-	-	44.656	-	-	28.562
Total	-	-	338.501	-	-	239.994

Apuração do valor justo

- Nível 1 - as aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.
- Nível 2 - neste nível foram classificados os instrumentos financeiros derivativos, cujo valor justo foi apurado com base em metodologia de apuração de fluxo futuro de pagamento apurados através de taxas de mercado projetadas descontadas a valor presente por uma taxa livre de risco. Sendo que, a principal fonte para obtenção dos índices utilizados foi a BM&Fbovespa.
- Nível 3 - não havia nenhum instrumento classificado nesta categoria.

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 2020 e 2019 que afetaram a demonstração de resultado:

	Resultado	
	2020	2019
Instrumentos de taxa variável		
Instrumentos financeiros derivativos	-	27
	-	27

A Associação utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de NDF de dólar posição ativa, sendo que essas operações são contratadas para proteção da variação cambial dos contratos de empréstimos no exterior. Com isso, em virtude da oscilação do dólar em relação ao real durante vigência das operações contratadas, originou-se o resultado apresentado acima.

22. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos da Associação apresentavam-se segurados contra sinistros (incêndio e riscos diversos) pelo valor de R\$1.314.880 (R\$1.076.411 em 2019)

23. Filantropia

A Associação foi habilitada pelo Ministério da Saúde para apresentar projetos de interesse no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (SUS